

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

### PROPOSTA DE INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR

Submeto à apreciação de Vossa Senhoria Proposta de Instrução Suplementar nº 100.103-002, Revisão A, intitulada "Cenário padrão – Operações com UAS de órgão de segurança pública, de polícia, de fiscalização tributária e aduaneira, de combate a vetores de transmissão de doenças, de defesa civil, do corpo de bombeiros ou outros órgãos ou entidades controlados pelo Estado", nos termos da minuta anexa.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Gasparini Moreira, Especialista em Regulação de Aviação Civil**, em 27/06/2024, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).




Documento assinado eletronicamente por **Conrado Klein de Freitas, Gerente Técnico**, em 27/06/2024, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **9970894** e o código CRC **A9CD6095**.

### ANEXO

### Minuta

 <b>ANAC</b> AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	<b>INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR - IS</b> <b>IS Nº 100.103-002</b> <b>Revisão A</b>	
<b>Aprovação:</b>	Portaria nº XX.XXX/SPO, de XX de xxxxx de 202X	
<b>Assunto:</b>	Cenário padrão – Operações com UAS de órgão de segurança pública, de polícia, de fiscalização tributária e aduaneira, de combate a vetores de transmissão de doenças, de defesa civil, do corpo de bombeiros ou outros órgãos ou entidades controlados pelo Estado.	<b>Origem:</b> SPO
<b>Data de Emissão:</b>	XX.XX.202X	
<b>Data de Vigência:</b>	XX.XX.202X	

#### 1. OBJETIVO

- 1.1. O objetivo desta IS é definir critérios para operações com UAS na categoria específica de:
- a) órgão de segurança pública, de polícia, de fiscalização tributária e aduaneira, de combate a vetores de transmissão de doenças, de defesa civil e/ou do corpo de bombeiros ou de operador a serviço de um destes; ou
  - b) órgãos ou entidades controlados pelo Estado.

#### 2. REVOGAÇÃO

- 2.1. Não aplicável.

### **3. FUNDAMENTOS**

3.1. A Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, institui em seu art. 14, a Instrução Suplementar – IS, norma suplementar de caráter geral editada pelo Superintendente da área competente, objetivando esclarecer, detalhar e orientar a aplicação de requisito previsto em RBAC.

3.2. O parágrafo 100.103(d) do RBAC 100 estabelece que a ANAC poderá publicar cenários padrões com critérios específicos e individualizados para as operações de UAS na categoria específica.

3.3. O administrado que pretenda, para qualquer finalidade, demonstrar o cumprimento de requisito previsto em RBAC, poderá:

- a) adotar os meios e procedimentos previamente especificados em IS; ou
- b) apresentar meio ou procedimento alternativo devidamente justificado, exigindo-se, nesse caso, a análise e concordância expressa do órgão competente da ANAC.

3.4. O meio ou procedimento alternativo mencionado no item 3.2b desta IS deve garantir nível de segurança igual ou superior ao estabelecido pelo requisito aplicável ou concretizar o objetivo do procedimento normalizado em IS.

### **4. DEFINIÇÕES**

4.1. Não aplicável.

### **5. DESENVOLVIMENTO DO ASSUNTO**

#### **5.1. Disposições gerais**

5.1.1. As operações com UAS relacionadas no item 1.1.a) desta IS somente são permitidas pela ANAC, conforme permitido o uso do espaço aéreo pelo DECEA, sob total responsabilidade do órgão ou do operador, em quaisquer áreas, nas seguintes condições:

- a) se operando VLOS ou EVLOS e até 400 pés (120 m) AGL;
- b) se forem atendidas as demais exigências do RBAC nº 100; e
- c) se houver uma avaliação de risco operacional, contemplando cada modalidade de operação, nos termos da IS nº 100-XXX [que substituirá a IS nº E94-003A], que deve estar atualizada dentro dos últimos 12 meses calendários prévios à operação.

5.1.2. Outros órgãos ou entidades controlados pelo Estado, não mencionados no item 1.1.a) desta IS, podem operar sob as condições do item 5.1.1, desde que realizem um estudo que demonstre:

- a) o interesse público da operação; e
- b) que haveria um risco maior à vida se a operação fosse realizada por meios alternativos.

5.1.3. Os UAS empregados nas operações de que trata esta IS devem possuir peso máximo de decolagem menor ou igual a 25 kg, estando isentos de autorização de projeto.

### **6. DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1. Os casos omissos serão dirimidos pela SPO.